



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

MOÇÃO

GESTÃO DA ÁGUA DA ALBUFEIRA DE SANTA CLARA-A-VELHA

Apresentada pelo membro eleito pelo Bloco de Esquerda e aprovada, por unanimidade, na primeira reunião da sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal de Odemira, realizada no dia 25/06/2021.

“Considerando que em 30/04/2019, o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia Municipal de Odemira, uma proposta de moratória à expansão da atividade agrícola intensiva no Perímetro de Rega do Mira e no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Passados dois anos a atividade agrícola intensiva não só não abrandou, como se intensificou de forma irresponsável, no seguimento do comunicado da Associação de Horticultores e fruticultores do Sudoeste Alentejano (AHSA) de 25/03/2020 que afirmou, “A agricultura não pode parar”.

Segundo informação no sítio eletrónico da Associação de Beneficiários do Mira (ABM), a albufeira de Santa Clara-a-Velha encontrava-se a 48 por cento da sua capacidade máxima em 23 de junho. Ou seja, contava com apenas 234 milhões de metros cúbicos de água no início do Verão. Este volume está já abaixo da capacidade útil da albufeira que é de 240,3 milhões de metros cúbicos, levando à instalação de bombas para fazer subir a água para abastecer o Perímetro de Rega do Mira e as populações que dela dependem.

Considerando que a empresa Águas Públicas do Alentejo é a concessionária da utilização dos recursos hídricos da albufeira de Santa Clara para o abastecimento público. Para a captação de água para rega, a concessão foi atribuída, em 2011, à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). No entanto, o contrato de concessão da DGADR foi posteriormente outorgado à ABM, tendo sido também concessionada a esta entidade a produção de energia hidroelétrica no Aproveitamento Hidroagrícola do Mira.

Considerando ainda a inexistência de um Plano de Contingência para enfrentar a escassez de água na Barragem de Santa Clara-a-Velha, o que levou o Presidente do Município de Odemira a afirmar recentemente: “Na última reunião do Conselho Estratégico da Associação de Beneficiários do Mira, a principal discussão foi exatamente a água disponível na barragem de Santa Clara para efeitos de rega, que dá apenas para um ano, se não chover”;

Na albufeira, são captados anualmente 2,5 milhões de metros cúbicos de água para abastecimento público, o que contrasta com os cerca de 33,8 milhões de metros cúbicos para a campanha de rega. O volume captado para as explorações agrícolas do Perímetro de Rega do Mira é já cerca de 14 vezes superior ao captado para abastecimento público.

Considerando que a crescente escassez hídrica na albufeira de Santa Clara-a-Velha, levou ao corte do fornecimento de água a pequenos consumidores que se encontram fora do Perímetro de Rega do Mira, em Aljezur e Odemira.

Considerando que não é garantido o caudal ecológico ao rio Mira, colocando em risco a biodiversidade que depende daquela água. Há já relatos do aparecimento de peixes mortos em troços secos do rio.

Considerando que a Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha contactou a ABM a respeito da ausência de caudal ecológico causada pelo bloqueio das descargas de água para o rio. Em resposta, a Associação disse que “não eram obrigados a garantir o caudal ecológico”, uma afirmação desmentida pela Agência Portuguesa do Ambiente que assegura que a “ABM não pode retirar a água ao rio”.

Considerando que a Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha pediu também à ABM uma estimativa dos custos da água a disponibilizar entre 15 de junho e 15 de setembro para o espelho de água, tendo a ABM referido que assegurava a água solicitada a troco de 16.898 euros.

Considerando que o problema aqui não é a falta de água, mas a vontade de fazer negócio por parte da ABM, com a água que não lhe pertence e que é de todos nós.

A violação do direito de acesso a um bem essencial como água, perpetrada pela ABM, merece o repúdio do Bloco de Esquerda que exige a reposição imediata do fornecimento da água aos pequenos consumidores, bem como a restituição do caudal ecológico ao rio Mira.

A expansão da agricultura intensiva agrava-se no Perímetro de Rega do Mira, delapidando os recursos hídricos da região e pondo em risco tanto o acesso dos pequenos consumidores e da população em geral à água, como a sobrevivência da fauna e da flora que dependem do caudal ecológico libertado pela albufeira de Santa Clara.

Perante o anteriormente exposto, delibera a Assembleia Municipal de Odemira:

- Repudiar a atuação da Associação de Beneficiários do Mira em todo este processo.
- Reprovar o corte do fornecimento a pequenos consumidores e o bloqueio da água pela ABM que não garante o necessário caudal ecológico no Rio Mira.
- Exigir a imediata reposição do caudal ecológico no Rio Mira.

Pedro Gonçalves

Deputado Municipal do Bloco de Esquerda - Odemira, 25 de Junho de 2021”.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


Ana Aleixo